



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS LIVRAMENTO - PB
CENTRO CAMPINA GRANDE - PB
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL MODALIDADE A DISTÂNCIA**

ELENIDE DE SOUSA MARTINS

**A PERCEÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NA E.M.E.F MARIA SALOMÉ DE ALMEIDA**

LIVRAMENTO – PB

2022

ELENIDE DE SOUSA MARTINS

**A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NA E.M.E.F MARIA SALOMÉ DE ALMEIDA**

Trabalho de Conclusão de
Curso(Artigo)apresentado a Coordenação /
Departamento do Curso Pós Graduação Lato
Sensu em Gestão Pública Municipal,
modalidade a distância, da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública Municipal

Orientadora: Prof^ª. Me. Mary Delane Gomes de Santana

**LIVRAMENTO - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M386p Martins, Elenide de Sousa.

A Percepção da Comunidade Escolar sobre Políticas Públicas Educacionais na E.M.E.F Maria Salomé de Almeida [manuscrito] / Elenide de Sousa Martins. - 2022.

37 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Mary Delane Gomes de Santana, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Políticas públicas. 2. Qualidade da educação. 3. Comunidade escolar. I. Título

21. ed. CDD 320.6

ELENIDE DE SOUSA MARTINS

A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NA E.M.E.F MARIA SALOMÉ DE ALMEIDA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação /
Departamento do Curso Pós Graduação
Lato Sensu em Gestão Pública Municipal,
modalidade a distância, da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB), como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública Municipal.

Área de Concentração: Educação

Aprovado em: 18/novembro/2022.

BANCA EXAMINADORA

DocuSigned by:
Mary Delane Gomes de Santana
0E310EAE817F4C6...

Prof^ª. Me. Mary Delane Gomes de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sabrina Martins de Araújo

Prof^ª. Dra. Sabrina Martins de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jakeline Pereira Alves

Prof^ª. Me. Jakeline Pereira Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida.....	15
Figura 2: Políticas públicas educacionais inseridas na E. M. E. F. Maria Salomé de Almeida.	18
Figura 3: Opiniões dos servidores em relação à aplicação das políticas públicas educacionais.	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos funcionários por tempo de serviço na escola e função que exerce na escola.	17
Tabela 2: Investimento do município na implementação de Políticas Públicas Educacionais.	23

LISTA DE ABREVIACÃO

E.M.E.F.-	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EJA -	Programa de Jovens e Adultos, o Mais Educação
FNDE-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDDE-	Programa dinheiro direto na Escola
PDE-	Programa de Desenvolvimento Educacional
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE-	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNLD -	Programa Nacional do Livro Didático
TCLE-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIDIME -	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 BREVE ENFOQUE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	10
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	11
3.1 Processo de construção das políticas públicas municipais	13
4 METODOLOGIA	14
5 RESULTADOS	16
6 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A	32
APÊNDICE B	35
ANEXO	36

**A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NA E.M.E.F MARIA SALOMÉ DE ALMEIDA**

**THE PERCEPTION OF THE SCHOOL COMMUNITY ABOUT PUBLIC
EDUCATIONAL POLICIES AT E.M.E.F MARIA SALOMÉ DE ALMEIDA**

RESUMO

O artigo objetiva analisar o conhecimento da comunidade escolar (excerto aluno/família) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida em Livramento/PB com relação as políticas públicas educacionais aplicadas na referida escola, visando contribuir para uma maior percepção por parte deles em relação às melhorias na qualidade da educação, tendo como auxílio referencial, as políticas públicas da educação. Trata-se de uma pesquisa classificada como estudo de caso, descritiva e explicativa. Para a coleta dos dados utilizou-se como instrumento de pesquisa o questionário e as abordagens quantitativas para análise dos dados. A amostra da pesquisa foi composta por 26 (vinte e seis) servidores da escola. Diante das respostas, constatou-se que as políticas educacionais, além de promover um maior desenvolvimento educacional, facilitam a socialização entre alunos e professores como os demais servidores, além de incentivar os alunos a frequentarem mais a escola. A comunidade escolar (excerto aluno/família) citou várias políticas que existem na escola, no entanto, relataram não existir nenhuma política educacional exclusiva do município, todas são advindas do governo federal, e algumas em parceria com o município, dentre elas, do programa caminho da escola.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Qualidade da educação. Escola Maria Salomé de Almeida.

ABSTRACT

The article aims to analyze the knowledge of the school community (student/family excerpt) of the Maria Salomé de Almeida Municipal Elementary School in Livramento/PB regarding the public educational policies applied in that school, aiming to contribute to a greater perception on their part in relation to improvements in the quality of education, having as a reference aid, public education policies. This is a research classified as a case study, descriptive and explanatory. For data collection, the questionnaire and quantitative approaches for data analysis were used as a research instrument. The research sample consisted of 26 (twenty-six) school employees. In view of the answers, it was found that educational policies, in addition to promoting greater educational development, facilitate socialization between students and teachers like other servers, in addition to encouraging students to attend school more. The school community (student/family excerpt) cited several policies that exist in the school, however, they reported that there is no educational policy exclusive to the municipality, all of which come from the federal government, and some in partnership with the municipality, among them, from the program way to school.

Keywords: Public educational policies. Education quality. Maria Salome de Almeida School

1 INTRODUÇÃO

A educação tem grande potencial transformador quando pensamos sob a perspectiva de vida de cada indivíduo, e atualmente o debate vem aumentando sobre esse assunto, pois as esferas governamentais estão buscando incessantemente reordenar esse setor, principalmente através de políticas públicas que visam integrar o aluno na escola, fazendo com que ele se sinta bem nesse espaço e não busque outras maneiras banais de ocupar seu tempo, sendo a educação onde encontramos meios de fundamental importância para a transformação da realidade dos discentes. A informação e o conhecimento que uma pessoa recebe ao longo da vida podem fazer a diferença e, dessa forma, mudar estatísticas e realidades.

As Políticas Públicas educacionais são de fundamental importância para promover um maior desenvolvimento dentro das escolas, tanto na aprendizagem dos alunos, quanto na parte de socialização, integração entre alunos, como também entre alunos e professores. No sistema educacional, não basta que o sujeito frequente a escola, mas que esta propicie a construção de conhecimento e meios de socializá-los para a comunidade; que se disponha a aceitar os diferentes; as diferentes opiniões e a manter o diálogo.

A educação é produto histórico, as transformações que ocorrem em sua esfera dependem do contexto político, social e cultural mundial. O professor também detém esse poder de transformação, mas ao mesmo tempo ajuda a manter a sociedade vigente a partir de seu papel social. “A educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer”. (PIMENTA et al, 2002, p. 97).

O objetivo geral da pesquisa é investigar a percepção e aplicabilidade das políticas públicas na Escola Maria Salomé de Almeida em Livramento/PB, visando contribuir para uma maior percepção por parte da comunidade escolar (excerto aluno/família) em relação às melhorias na qualidade da educação, tendo como auxílio referencial, as políticas públicas da educação. Os objetivos específicos são elencados a seguir: Identificar as políticas públicas que estão inseridas na escola; verificar quais as políticas públicas direcionadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem; analisar o posicionamento dos professores no que tange as políticas públicas direcionadas a escola e como elas contribuir para o processo de ensino aprendizagem.

O presente artigo apresenta resultados referentes ao conhecimento e o desenvolvimento dos servidores da Escola Maria Salomé de Almeida localizada no município de Livramento - PB, em relação às políticas públicas educacionais aplicadas na escola. Tais resultados mostram a dimensão da importância de se implantar políticas educacionais na escola como forma de

incentivar, estimular o aluno e o professor e os demais servidores a desenvolverem um trabalho mais prazeroso, que irá beneficiar a escola e a comunidade em geral.

Diante desse contexto e da falta ou insuficiência de dados encontrada em relação a implementação de políticas públicas educacionais nas escolas municipais, ficou claro a real necessidade de desenvolver trabalhos nessa área, nos quais as pessoas possam se inteirar do que são políticas públicas, em especial, as políticas públicas educacionais, e como estão inseridas no contexto escolar. Por esses motivos, aliados ao interesse particular em realizar um trabalho voltado para políticas públicas educacionais justifica-se a presente pesquisa.

Esse artigo consta de um enfoque sobre políticas públicas, posteriormente enfatizando as políticas públicas educacionais como base referencial para um maior desenvolvimento educacional, bem como a construção dessas políticas.

2 BREVE ENFOQUE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que haja um maior esclarecimento sobre as políticas públicas educacionais, é necessário que se faça um estudo sobre o que é política, o que significa esse termo. Para isso, existem vários conceitos sobre esse termo, e um deles é dado por Rúa (2012, p.16), quando diz que “o termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relação de poder (ou seja, visam influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados à decisões públicas”.

A autora esclarece que há diferença entre política pública e decisão política, e que se faz necessário conhecer essas diferenças. Destarte, segundo Rúa (2012, p. 17)

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já a decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando- em maior ou menor grau- uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

Ainda sobre a definição de políticas públicas, Oliveira (2010, p.1) relata que, para que haja uma melhor compreensão dos termos, é preferível defini-los separadamente, e descreve o seguinte: “Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo”.

Assim podemos dizer que política pública refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do estado ou do país, contudo, essa participação pode acontecer de formas

diversificadas. Para Souza (2003, p.13) “as políticas públicas são ações ou programas desenvolvidos por um governo para melhorar ou mudar uma determinada realidade.”

De maneira simples, a política pública é um processo (com uma série de etapas e regras) que tem por objetivo resolver um problema público. Todos nós lidamos com isso diariamente em nossas relações pessoais: traçar soluções para chegar a uma finalidade que agrade a um grupo de pessoas.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Segundo Oliveira (2010, p.8) “políticas públicas educacionais são aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar”. Ou seja, entende-se como políticas públicas educacionais o resultado de diversas ações planejadas, que através de sua implementação podem trazer melhorias para a educação, tanto para os alunos quanto para os professores, bem como para a comunidade escolar em geral.

De acordo com Costa *et al* (2011, p.4),

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e base da educação (LDB, Lei nº 9.394/96), uma série de alterações aconteceu. Novas propostas de gestão da educação, de financiamento, de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram implementadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação.

A educação é, com certeza, um dos maiores bens que uma sociedade pode almejar, e esse bem precisa estar continuamente sendo repensado, reavaliado, melhorado, para que haja crescimento tanto no campo educacional, ou seja, no ensino-aprendizagem, quanto no campo social, pois um indivíduo que busca sempre aprender, buscar novos conhecimentos irá contribuir consideravelmente para o sucesso de uma sociedade. Por isso, entende-se a necessidade de implementação de políticas públicas no campo da educação, que contribuam e que somem a esse processo, como um subsídio para a sua grandeza. Assim, nas palavras de Marinho (s/d, p.1)

A Política Educacional pertence ao grupo de Políticas Públicas sociais do país. Este instrumento de implementação dos movimentos e referenciais educacionais se faz presente através da Legislação Educacional. Para que possamos compreender melhor o significado dessa política, se faz necessário saber o que é Política Pública. Essa Política é de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece um processo de tomada de decisões que derivam nas normatizações do país, ou seja, nossa Legislação.

Sobre a implementação de políticas públicas, Rua (2012, p.113) relata que elas “são implementadas mediante alguns processos destinados a gerar produto com finalidade de

produzir efeitos, ou seja, transformar a realidade”. Portanto, associando essa definição à educação, observa-se que é possível transformar a realidade escolar, ou seja, promover melhorias, através de políticas públicas educacionais, desde que essas sejam bem planejadas, com o objetivo de surtir efeito sobre o produto que é o ensino.

Segundo Sousa Neto (2002, p.3) “as políticas públicas educacionais são de grande importância para entender como se apresenta o contexto em que elas são elaboradas e para entender as concepções e manifestações da educação em dado período, podendo contribuir bastante para a história da educação”.

A educação é essencial para a conquista do desenvolvimento sócio-econômico de um país. É por este motivo que os países desenvolvidos possuem altos índices de escolarização. Podemos afirmar que a educação está entre as atitudes mais importantes de uma sociedade. Porém, a nível nacional, nos encontramos diante de um quadro histórico educacional extremamente diversificado (DOROTEU, 2012, p.1).

Com base no contexto de Doroteu (2012), é fácil concluir que para que exista uma educação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento sócio-econômico do país, os governantes precisam investir em políticas educacionais de qualidade, que promovam o “crescimento” de novos indivíduos e valorize a escola, visualizando-a como um meio pelo qual se pode promover o desenvolvimento do país, do estado, ou do município.

Portanto, as políticas públicas educacionais, geralmente são administradas pelo gestor municipal, havendo assim uma parceria entre as esferas estadual e federal, visto que a maioria delas são advindas do governo federal. Essas políticas públicas desenvolvidas no município são bastante favoráveis ao entrosamento, à socialização do aluno perante a comunidade escolar.

É interessante lembrar que educação não se “aprende” somente na escola, é um processo que deve partir da família, do ambiente em que vive, só assim a escola poderá contribuir, somar para que a pessoa se torne um cidadão consciente de que através da educação poderá alcançar objetivos almejados, e é nesse contexto educacional escolar que as políticas públicas educacionais se inserem.

Sobre isso, Oliveira (2010, p.4) destaca o seguinte,

[...] Porque educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente – na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, no teatro, etc. –, resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inculcação, é educação. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que

é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas).

As políticas públicas educacionais são as decisões dos governantes em implementar algo em prol da educação, direcionado para o processo de ensino-aprendizagem. É relevante citar o que reza a Constituição de 1988, sobre o direito a educação de qualidade.

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observando o que diz o artigo citado, é possível entender o que foi relatado anteriormente por Oliveira (2010), e interpretar de maneira semelhante, pois fica claro que a educação não é responsabilidade exclusiva da escola (do estado), mas também da família.

Dito isto, as políticas educacionais quando pensadas no contexto escolar, devem propiciar o estímulo para que os alunos se qualifiquem para o exercício do trabalho, contribuindo para a formação de cidadãos preparados para exercerem sua cidadania.

3.1 Processo de construção das políticas públicas municipais

Segundo Cleuza Repulho, presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNIDIME, se um município possui uma rede municipal de ensino organizada deve instituir um Conselho Municipal de Educação, nesse caso, as políticas públicas educacionais deverão ser normatizadas e reguladas por esse conselho. Caso contrário, o Conselho Estadual de Educação irá normatizar e regulamentar essas políticas, ficando para o município, a função consultiva.

Alguns programas embasam as políticas públicas de educação em âmbito nacional, sendo destacados o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, programa dinheiro direto na Escola - PDDE, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, entre outros.

Com base nesse contexto e na realidade educacional que vivemos, é possível observar que não é tarefa fácil para nenhum gestor, administrar essas políticas públicas, visto que nem sempre são suficientes para atender a demanda e, portanto, os principais desafios são os recursos financeiros, como também os recursos humanos. “As reformas educacionais desencadeadas a partir dos anos de 1990 deram visibilidade aos professores enquanto agentes centrais de

mudança, todavia estes se vêem, muitas vezes, responsabilizados pelo êxito ou insucesso dos programas. ” (COSTA et al 2011, p.19).

Sobre isso podemos citar Sousa Neto (2002, p.1) relata o seguinte:

A criação de leis que abrem espaço à autonomia e à gestão democrática, capacitação pedagógica e outras medidas de ordem técnica são importantes e necessárias, mas não dão conta da reestruturação da escola pública. É necessário que ocorra um amplo debate entre os órgãos responsáveis pela educação do país, professores, pais, funcionários e dirigentes da escola, para rediscutir tarefas e funções, redefinir espaços e tempos, dialogar com objetivos e metas. (SOUSA NETO, 2002, p.1).

Por conseguinte, se faz necessário um planejamento de governo bem elaborado para garantir o sucesso das políticas educacionais de acordo com as necessidades reais que a escola apresenta.

4 METODOLOGIA

O termo metodologia está relacionado aos métodos utilizados para a realização da pesquisa. Trata-se dos meios e instrumentos utilizados para se obter os objetivos almejados.

Segundo Zanella (2009, p.61) “o termo metodologia tem sua origem no grego (méthodos = caminho, ao longo de um caminho e logos = estudo), ou seja, é o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa”. Dessa forma, “em ciências, metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno” (ZANELLA, 2009, p.61).

Trata-se de uma pesquisa classificada como estudo de caso, pois “o estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, ou de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros” (ZANELLA, 2009, p. 84). Na escola pesquisada, o estudo de caso está relacionado à reflexão da comunidade escolar (excerto alunos/família) em relação às políticas públicas educacionais que são inseridas na escola.

Classifica-se também como pesquisa estatística, demonstrativa, descritiva e explicativa, pois além de descrever os fatos que foram questionados pela comunidade escolar, busca avaliar a realidade local diante da questão, e explicar os fatos, procurando deixar claro o verdadeiro

valor dessas políticas educacionais dentro da escola. As abordagens utilizadas para a análise dos dados coletados configuram-se como quantitativa e qualitativa.

Para a realização da coleta dos dados, utilizamos como instrumento de pesquisa o questionário, que conforme Gil, (2010, p. 122).

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área muito extensa [...];
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

A cidade de Livramento está localizada na mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental no Estado do Paraíba, distância da capital João Pessoa 281,4 km. O município se estende por 260,2 km² e contava com 7 256 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último censo. A densidade demográfica é de 27,9 habitantes por km² no território do município. Situado a 567 metros de altitude, de Livramento tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 22' 26" Sul, Longitude: 36° 56' 49" Oeste. Apresentando temperaturas mínimas de 18° C no inverno e 32° C no verão. Livramento PB, possui quatro bairros, no qual dentre eles, o Santo Antônio, onde está localizada a escola em que foi realizada a pesquisa em questão.

A E.M.E.F Maria Salomé de Almeida dispõe do ensino básico, compreendendo desde o Ensino Fundamental I (apenas 1° ao 5° ano) até o Fundamental II (do 6° ao 9° ano).

Figura 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Salomé de Almeida



Foto retirada do PPP da escola.

Os critérios de escolha da escola para a realização da pesquisa foi o fato de ser uma escola relevante para a comunidade urbana e rural, com um significativo número de alunos e servidores que, por conseguinte, teria mais facilidade em avaliar os efeitos que as políticas educacionais podem ocasionar ao alunado e à escola.

O fato de ser uma escola reconhecida por toda a comunidade também influenciou nessa escolha e por fazer história desde de 1988, quando foi fundada, além de levar em consideração o seu desenvolvimento nos últimos anos.

Os questionários foram compostos de 11 (onze) perguntas, entre elas sendo 5 (cinco) objetivas e 6 (seis) subjetiva.

Foram citadas as seguintes políticas públicas: Fundeb, Programa Caminho da Escola, PDDE - Programa dinheiro direto na escola, PDE Plano de Desenvolvimento Educacional, Bolsa Família / Bolsa Escola (Auxílio Brasil) - Programa de auxílio do governo, PNAE - Programa Nacional de Alimentação, PNLD – Programa Nacional do Livro Didático.

A amostra da pesquisa foi composta por 26 (vinte e seis) servidores da escola. Os critérios para a escolha foram por amostragem e a disponibilidade de tempo, bem como o interesse em participar da pesquisa. Os dados coletados ficarão à disposição da escola para possível consulta, quando assim houver interesse por parte da comunidade escolar.

Para a aplicação dos questionários, foi solicitada a autorização da diretora da escola, através de carta apresentação. Aos servidores foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para que os mesmos pudessem ficar cientes da importância e seriedade da pesquisa.

5 RESULTADOS

A escola locus da pesquisa, conta atualmente com 52 servidores, sendo a maioria formada pelo corpo docente da instituição, que atua como facilitadores e mediadores do conhecimento, ou seja, passam as informações adiante para os alunos, dando o apoio necessário para que eles as absorvam, além de despertar curiosidade e questionamentos neles, estimulando a reflexão.

Todos que estão incluídas na comunidade escolar são agentes de mudança, isto é, elas têm o poder de passar para frente uma educação que transforme o mundo. Por isso, é especialmente importante que elas estejam juntas e em sintonia para trabalhar nesse desenvolvimento dos discentes.

Como foi citado, o questionário foi aplicado a 26 servidores da E.M.E.F. Maria Salomé de Almeida, foi perguntado inicialmente sobre o tempo de atuação e qual a função na rede municipal de ensino de Livramento/PB, e o resultado foi o seguinte:

Tabela 1: Distribuição dos funcionários por tempo de serviço na escola e função que exerce na escola.

FUNÇÃO QUE EXERCE	NÚMERO DE SERVIDORES POR FUNÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES QUE RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO	TEMPO DE ATUAÇÃO
Cuidador	2	1	Menos de 1 ano
Coordenador	3	2	Entre 10 e 15 anos Entre 15 e 20 anos
Gestor	2	1	Entre 05 e 10 anos
Merendeira	4	2	Entre 10 e 15 anos
Professor fundamental I	15	8	Entre 10 e 20 anos
Professor fundamental II	14	7	Entre 01 e mais de 20 anos.
Porteiro	3	1	Menos de 1 ano
Serviços gerais	4	2	Entre 1 e 5 anos
Técnico Administrativo	4	2	Entre 1 e 10 anos

Fonte: Elaborada pelo autor, setembro 2022

Diante do resultado obtido, nota – se que a maioria dos servidores, possui mais de um ano de serviços prestados, mantendo a fidelidade que a escola possui com servidores. Observa –se que o corpo docente possui uma estabilidade na instituição, de 5 anos chegando há mais de 20 anos de serviços prestados, tendo assim a oportunidade de servir à comunidade escolar em que está inserido. Por isso, esta não pode ser vista como uma profissão qualquer, e sim como um desafio de se cuidar da educação como um todo.

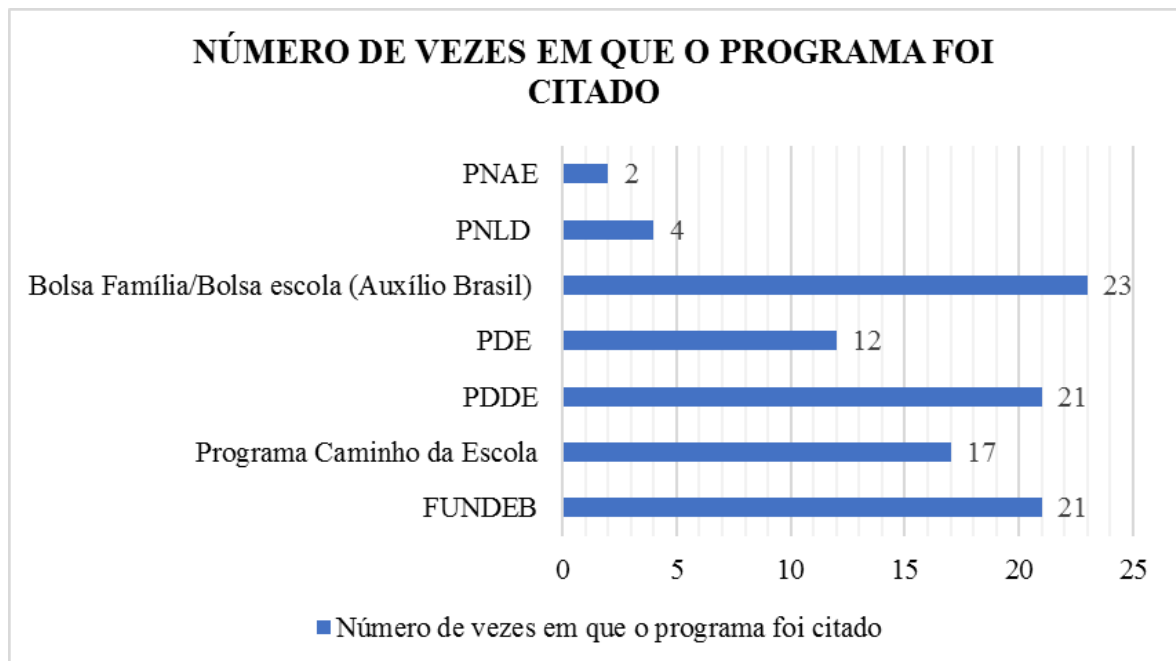
Com estabilidade a escola e os docentes vão construindo sua própria identidade. Pimenta (1997, p. 7 apud SILVA, 2009, p. 04) salienta que a identidade,

[...] se constrói, pois, a partir da significação social da profissão [...] constrói se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seus modos de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

A identidade é entendida no sentido de dentro para fora o “ser professor/sentir-se professor”, portanto, a identidade é um conceito complexo envolvendo os fatores históricos, culturais e sociais dentro da instituição.

No decorrer do questionário foi indagado sobre o conhecimento das políticas públicas inseridas na escola, sabendo que o acesso e a permanência na educação são direito de todos, reconhecido na Constituição Brasileira.

Figura 2: Políticas públicas educacionais inseridas na E. M. E. F. Maria Salomé de Almeida.



Fonte: Dados da pesquisa, setembro 2022

De acordo com a figura 2, observa-se que a maioria (23) citou Bolsa Família/Bolsa escola (Auxílio Brasil), apenas quem não citou foi 1 (um) porteiro, 1 (uma) merendeira e 1(um) serviços gerais. Sabendo da importância do auxílio que possibilita a ampliação de direitos

sociais básicos, tendo em vista que se trata de um mecanismo para distribuição de renda no País.

É uma política pública de auxílio do governo federal para famílias carentes. É importante ressaltar que o “Programa Bolsa Escola” foi incluído no programa “Bolsa Família”, posteriormente “Auxílio Brasil” e por esse motivo, os alunos são acompanhados através da frequência escolar, requisito para que a família continue recebendo o auxílio. Sendo um programa de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além de assegurar uma renda básica a essas famílias.

Em seguida 21(vinte e um) servidores citaram FUNDEB e o PDDE, como política pública aplicada na escola e, segundo eles, é bastante relevante e significativo no desenvolvimento educacional.

Todos os professores do fundamental I e II, citaram o Fundeb, como também gestor e os 2 (dois) coordenadores da escola, 1 (um) cuidador e 2 (dois) técnicos administrativos.

O conhecimento do Fundeb, se deve a uma luta da classe de professores para a implantação do plano de carga e carreira da rede municipal, que foi implantado por ordem judicial em julho de 2021, sabendo que o dinheiro do Fundeb é usado, entre outras coisas, para pagamento de professores e outros funcionários das escolas, equipamentos necessários ao ensino, concessão de bolsas e aquisição de material didático.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, foi citado pelos mesmo servidores que citaram o Fundeb. O PDDE, foi criado no ano de 1995, também conhecido pelas entidades participantes como PDDE básico, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Ela dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Caminho da Escola é voltado a estudantes da rede pública de educação básica residentes, prioritariamente, em áreas rurais, essa política pública foram citados por 17 (dezesetes servidores), sendo 1(um) gestor, 2 (dois) coordenadores, 4(quatro) professores do fundamental I e 5(cinco) professores do fundamental II, 2 (dois) técnicos administrativos, 1(um) porteiro e de serviços gerais.

O Programa Caminho da escola, tem muita importância para os discentes da escola, pois grande deles moram na zona rural e são beneficiados pelo programa, que tem por objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte.

Por fim vem PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), citados por 12 (doze) servidores, sendo 1(um) gestor, 2(dois) coordenadores, 4 (quatro) professores do fundamental I e 5 (cinco) do fundamental II. O PDE é uma política pública educacional, ou seja, é considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, assim, constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro.

A escola atualmente, não possui, as políticas públicas da EJA – Programa de Jovens e Adultos, o Mais Educação e o Mais Cultura, onde foram citados no questionário. Segundo o gestor já tiveram em anos anteriores na escola, devido a pandemia, o Covid -19, a instituição passou dois anos (2020 e 2021) com aulas a distância, voltamos ao ensino presencial esse ano (2022), assim não sendo possível a implantação dos programas citados anteriormente.

Na questão 04 do questionário foi perguntando se existia outras políticas públicas não citadas na questão 03. Nesta questão 11(onze) disseram que não conhecia e 11 (onde) deixaram em branco. A falta de conhecimento por parte dos servidores ou até mesmo de interesse percebi –se que é enorme, para se ter informação/conhecimento e aplicação de políticas públicas voltada para a qualidade do ensino.

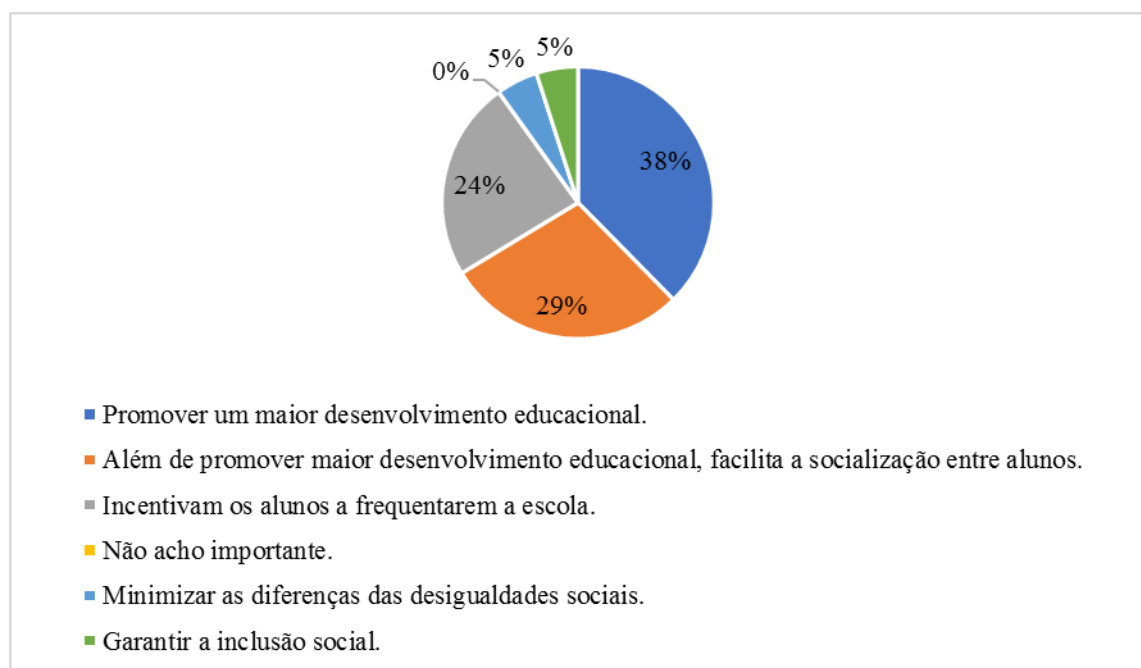
Apenas 4(quatro) servidores falaram PNLD – que é o Programa Nacional do Livro Didático, sendo 2 (dois) professores do fundamental II, 1 (um) coordenador e 1 Um) gestor. Percebi –se a falta de conhecimento por parte dos servidores da importância do livro didático que faz parte de uma política pública, necessária para a aprendizagem do aluno. Sendo que os docentes é quem escolhe os livros didáticos a cada quadro anos.

O PNLD representa hoje o maior programa de compra e material educacional do mundo, proporcionando maior equidade no acesso de formação de qualidade para todas as crianças/jovens matriculadas na educação básica.

O gestor da escola e um coordenador falou da política pública da Alimentação Escolar. Onde o governo federal, por meio do FNDE, é responsável pela coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, estabelecendo as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação, bem como pela transferência dos recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios.

Na questão cinco, foi perguntando a opinião sobre a importância da aplicação de políticas públicas na educação, veja o gráfico abaixo.

Figura 3: Opiniões dos servidores em relação à aplicação das políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da pesquisa, setembro 2022

Quando falamos no promover um maior desenvolvimento educacional, 38%, acham que são importantes as políticas públicas aplicadas na escola, destacando o maior desenvolvimento educacional, como também a socialização e incentivos dos discentes e professores, ainda foi acrescentando que as políticas públicas ajudam a minimizar as diferenças das desigualdades sócias e a garantir a inclusão social.

No ponto perguntado sobre além de promover maior desenvolvimento educacional, 29% acham importante. A socialização na escola tem um importante papel na formação individual

de cada aluno, sendo o ambiente escolar um cenário vivo de interações de trocas explícitas de ideias, valores e interesses diferentes.

Ao se falar no incentivo dos alunos a frequentarem a escola., apenas o gestor 1(um), a coordenação 2 (dois), 3(três) professores do fundamental I e 4 (quatro) professores do fundamental II, chegando a 24%. As políticas de engajamento, assim, devem fortalecer o sentimento de pertencimento na comunidade escolar. A escola deve ser um ambiente seguro e acolhedor que conte com mecanismos efetivos de resolução de conflitos e de participação na construção de normas, de forma que estas sejam compreendidas e aceitas pelos alunos, tornando um ambiente agradável onde eles queiram está.

Com 5%, apenas 2(dois) professores do fundamental II citaram outra importância, que está na figura 3 acima, como minimizar as diferenças das desigualdades sociais e garantir a inclusão social. A valorização da educação é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa, sem diferença entre rico e pobre, onde todo cidadão tenha os mesmo direitos e oportunidades, por este motivo torna-se necessário debater a respeito de melhorias na qualidade da educação, com o decorrer do tempo tal pauta está presente e muitas discussões de forma mais intensa, com isso tem-se que:

A QUALIDADE do ensino tem sido foco de discussão intensa, especialmente na educação pública. Educadores, dirigentes políticos, mídia e, nos últimos tempos, economistas, empresários, consultores empresariais e técnicos em planejamento têm ocupado boa parte do espaço dos educadores, emitindo receitas, soluções técnicas e, não raro, sugerindo a incompetência dos educadores para produzir soluções que empolguem a qualificação do ensino. Essa invasão de profissionais não identificados ou não envolvidos com as atividades do campo educacional merece uma reflexão. Não se trata aqui de preconizar o monopólio da discussão da educação aos educadores, mas de registrar a intensa penetração ideológica das análises, dos procedimentos e das receitas tecnocráticas à educação (AZEVEDO, 2007).

Ao questionar se não era importante as políticas públicas na instituição, todos os servidores deixaram sem marcar, mesmo com todas as dificuldades que existe na aplicação das políticas públicas, elas são necessárias para a qualidade do ensino aprendizagem. As políticas públicas são importantes direitos constitucionais que são oferecidos e, portanto, devem ser garantidos a todos da comunidade escolar.

Analisando a tabela 2 abaixo, na questão 06 (seis) foi perguntando como estão sendo aplicadas e implementadas as políticas públicas na referida escola, a maioria acha satisfatório a aplicação das políticas públicas na escola, como também apresenta resultados satisfatórios, mas que é necessário haver um novo planejamento na aplicação de tais políticas.

Tabela 2: Investimento do município na implementação de Políticas Públicas Educacionais.

INVESTIMENTO	NÚMERO DE SERVIDORES	%
São aplicadas de maneira satisfatória.	14	45,16%
É preciso haver um novo planejamento para a aplicação dessas políticas educacionais.	8	26%
Apresentam resultados positivos na aprendizagem dos alunos.	9	29%
Não apresentam resultados positivos.	0	0%
Não existe aplicação de políticas públicas educacionais na escola.	0	0%
Desconheço tais políticas públicas na escola.	0	0%
TOTAL	31	100%

Fonte: Dados da pesquisa, setembro 2022

Quando falamos na satisfação das políticas públicas aplicadas na instituição, 6(seis) professores do fundamental II, 5(cinco) professores do fundamental I, 1(um) gestor e 2(dois) coordenadores acharam satisfatórias as políticas aplicadas na escola, chegando a 45,16% do total de servidores que responderam ao questionário. Na aprendizagem dos alunos é positiva para 4(quatro) professores do fundamental I, 2(dois) professores do fundamental II, 1(um) gestor e 2(dois) coordenadores, chegando a 29%. Mesmo com tantas dificuldades ainda há o desenvolvimento das políticas públicas, onde se tenta realizar uma educação de qualidade dentro do que é oferecido.

Se precisa melhorar essa aplicação, 4 (quatro) professores do fundamental I e II responderam, chegando a 26%, afirmaram que precisar haver um novo planejamento na aplicação das políticas públicas na escola. A elaboração de políticas educacionais interfere na qualidade de vida dos indivíduos como um todo, sabendo que a educação é uma necessidade, que deve ser aperfeiçoada, torna-se necessário a valorização desta política por parte do estado, haja visto que, compete a ele investir e articular ações que proporcionem o desenvolvimento da mesma.

Todavia, em um país que não reconhece a educação como prioridade, tais políticas não são desenvolvidas da maneira que se deseja, pois falta investimentos e como se não bastasse há

a criação de vários projetos, que não são valorizados, o que dificulta a garantia de uma educação de qualidade e ocasiona mazelas que prejudicam significativamente o avanço do país.

Ao perguntar no questionário sobre não apresentar resultados positivos e a não existência da aplicação de políticas públicas como também o não conhecimento de tais políticas, como pode ser visto no gráfico anterior, todos os servidores que responderam que conhece e existe essas políticas sendo aplicadas na escola, mesmo que não seja de maneira satisfatória.

Sabendo da importância das políticas públicas para o desenvolvimento dos cidadãos, e, portanto, da sociedade, apenas garantir estas políticas não é suficiente para conceder uma educação de qualidade para todos, uma vez que, existem outros problemas relacionados as políticas públicas que devem ser tratados. Como por exemplo: a fome, as drogas, a violência, entre outros, tais problemas, estão relacionados com o baixo desenvolvimento na educação pública, e segundo (QUADROS, 2008) estão presentes no cotidiano das escolas de todo o Brasil. Além deste, tem-se também:

Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador [...] (BENCINI, 2006).

Ao perguntar os benefícios das políticas públicas, 15 (quinze) servidores deixaram em branco, os demais responderam, onde vários tiveram o mesmo pensamento. Os benefícios que as políticas públicas trouxeram para a escola segundo a comunidade escolar foram vários, tais como: por meio dos programas os alunos da zona rural têm acesso a continuidade do ensino aprendizagem, minimiza as diferenças da desigualdade social, garantir a inclusão social, diminuição da evasão escolar.

Na análise dos dados das perguntas subjetivas para manter o confidencialíssimo as iniciais por função ocupada. Observe dois relatos de professores do fundamental II, acerca dos resultados positivos que trouxeram as políticas públicas à escola:

“Estimular a permanência do aluno na escola e facilitar o acesso (mínimo) a uma educação de qualidade”. PII -1.

“Promover a facilidade do desenvolvimento do aluno na escola, como também a possibilidade de um maior e melhor número de jovens com acesso à escola”. PII - 2

É perceptível no levantamento dos professores, que a qualidade no ensino público é necessária para o desenvolvimento do cidadão, qualificação para o trabalho, e para a evolução do processo de ensino aprendizagem dos estudantes, para isso é importante que haja a parceria das instituições de ensino, dos pais e também do estado, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) em seu artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A educação é um dever da família e do estado, no entanto, ainda há falhas na aplicação deste dever, dado que o estado por não priorizar a educação não investe da maneira adequada nesta política e isso dificulta o oferecimento de uma educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros e também não facilita a realização do papel da família no processo de ensino aprendizagem do estudante.

Quando indagamos de quem é a responsabilidade pela implementação dos recursos das políticas públicas educacionais, 13 (treze) servidores deixaram em branco, os demais foi unânime em afirmar que a responsabilidade é dos governos municipal, estadual e federal.

A Constituição (BRASIL, 1988) inova fortemente na afirmação da gestão democrática e no tratamento dos componentes da federação para os quais ela define paridade, simetria, entre os três entes federados, Estados, Municípios e União. Ou seja, a possibilidade dos municípios constituírem seus sistemas de ensino de forma mais autônoma, embora referenciados ao quadro regulatório nacional, é uma força emergente importante a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Pôr a educação ser um dever da família e do estado a parceria entre estes dois membros torna-se essencial para o progresso do alunado no andamento do ensino aprendido.

No decorrer da aplicação do questionário é observado que muitos servidores deixar muitas questões em branco, o que leva ao questionamento do porquê, será que é a falta de conhecimento das políticas públicas ou mesmo a falta de interesse. Faz-se então necessária uma grande reestruturação qualitativa da educação pública brasileira de ensino básico, considerando os inúmeros desafios e envolvendo de forma participativa e cooperativa todos os atores da comunidade escolar. Acredita-se ainda que, para legitimar qualquer diálogo e iniciativa no campo da educação, é preciso o envolvimento verdadeiro dos autênticos protagonistas da comunidade escolar, partindo dos seus sonhos, angústias, sugestões e experiências, acumulados ao longo dos anos. De acordo com Paro⁶ (2001, p. 123), "sem a confiança e o empenho dos que fazem o ensino, não é razoável esperar qualquer êxito das soluções e propostas que são apresentadas pelos que elaboram e estudam as políticas educacionais."

Ao se tratar da não aplicação das políticas e as melhorias que poderia acontecer na escola, públicas 16 (dezesseis) servidores deixaram em branco, os demais responderam com a mesma ideia como: reivindicar seus direitos; é preciso cobrar; reivindicar por meio da participação dos conselhos e assembleias; reuni - se com a gestão e traçar propostas e projetos efetivos, conforme a necessidade de toda a comunidade escolar. Podemos destaca três citações dos servidores, sendo essas de dois professores do fundamental I e um coordenador, com opiniões distintas.

“A comunidade escolar deve realizar reuniões para a elaboração de propostas e projetos, levando ao poder legislativo, possibilitando a implementação dos mesmos”. PI -1.

“Perante o que diz a lei, buscar os responsáveis para fazer valer os direitos que lhe são garantidos”. PI – 2.

“Na nossa escola as políticas públicas estão sendo implantadas”. C - 1. “

Devemos sempre reivindicar nossos direitos, perante a lei e fazer com que ela seja executada de forma eficiente, mesmo tendo diferenças de opiniões dentro da comunidade escolar, como é visto na citação anterior. As políticas públicas educacionais é tudo o que é feito ou não pelo governo na educação.

É importante destacar, que as Políticas Públicas Educacionais, não estão relacionadas apenas com o acesso em massa dos que estão na idade de estudar, nas escolas públicas, mas também com a construção e o desenvolvimento da sociedade que se origina em decorrência desta educação. Logo, as Políticas Públicas Educacionais influenciam de maneira significativa a vida de cada indivíduo.

Ao final foi perguntado se os gestores municipais estão investidos mais em políticas públicas educacionais, todos responderam que sim, mas precisa investir mais, quando foi para justificar a resposta 12 (doze) deixaram em branco. As justificativas novamente se assemelham como: é necessário mais investimento em formações continuada para os professores, bem como promover condições de trabalho adequadas; valorização dos professores, com salários justos; Precisa –se implementar mais programas de políticas públicas, as que tem são insuficientes; é necessário serem elaboradas e discutidas novas políticas públicas. Abaixo segue duas citações interessas dos professores do fundamental I e II:

“Faz necessário que os salários dos profissionais que lecionam sejam equiparados, pois ainda existe desigualdade salarial, mesmo estes estando capacitados e exercendo as mesmas funções que os demais docentes”. PII - 1.

“O maior investimento não seria em quantidade, mas em qualidade, onde os recursos possam ser melhor distribuídos”. PI - 1

Nas citações acima fica claro a necessidade da valorização do professor e a qualidade da implementação das políticas educacionais. A não efetivação de uma educação de qualidade é a desvalorização do professor, pois este mesmo sendo peça chave para o processo de aprendizagem do aluno ainda não é valorizado da maneira que deveria, dado que, enfrenta diariamente o rebaixamento salarial, não desfruta de recursos que possibilitem a formação continuada, são submetidos a precárias situações de trabalho, não tendo condições adequadas para sua atuação em sala.

Nesse sentido, não basta apenas oferecer leis, faz-se necessário cumpri-las com qualidade. Sendo assim temos várias políticas públicas implementadas, mas que muitas ainda precisar ser desenvolvidos para temos uma real educação de qualidade.

6 CONCLUSÃO

As políticas públicas educacionais vêm ganhando um espaço considerável nas discussões e debates entre os gestores e governantes nos últimos anos, isso mostra a importância e relevância do tema para se chegar a uma melhor qualidade na educação.

Ficou evidente na pesquisa que a comunidade escolar encara a implementação de políticas públicas na educação como forma de melhoria no processo ensino-aprendizagem.

O objetivo da pesquisa foi atendido, quando se constatou, diante das respostas dadas da comunidade escolar (excerto aluno/família), que tais políticas atuam de forma positiva na escola, possibilitando um maior estímulo por parte dos alunos em frequentarem mais a escola, em manter um maior envolvimento em projetos que são inseridos nas escolas, dentre outros aspectos positivos.

Constatou-se também que a comunidade escolar não está totalmente satisfeita com as políticas existentes na escola, ou melhor, acham que o gestor municipal precisa investir mais na educação para que se obtenha melhores resultados. Uma das conclusões foi que alguns servidores da pesquisa não possuem um pleno conhecimento do que seria uma política pública educacional, pois deixaram muitas questões sem respostas.

A pesquisa possibilitou conhecer a realidade de uma escola municipal no que tange à implementação de políticas públicas educacionais, na concepção dos funcionários que em sua maioria está a muitos anos trabalhando na mesma escola e por esse motivo puderam acompanhar as mudanças ocorridas no campo educacional, especialmente no município de Livramento/PB.

De acordo com a comunidade escolar algumas dessas políticas públicas favorecem um maior desenvolvimento educacional na escola. Num contexto geral referente a opinião da comunidade escolar (excerto aluno/família) da Escola Maria Salomé de Almeida em relação às políticas públicas educacionais foi possível observar que não há nenhuma política advinda exclusivamente da esfera municipal na referida escola, todas são obtidas com recursos federais e administradas pelo município, a comunidade escola não estão totalmente satisfeitos com as políticas públicas educacionais aplicadas na escola e precisar haver um melhor desenvolvimento na implementação destas políticas educacionais.

As políticas educacionais é um tipo de política pública responsável por universalizar a educação e garantir que todas as regiões do país sigam um modelo educacional, assegurando um ensino de qualidade para todos. O investimento em educação é central para o desenvolvimento econômico do país e para a promoção de uma cidadania plena para todos os brasileiros, assim a necessidade da sua qualidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J.; C. **Educação pública: o desafio da qualidade**. Estud. av. v.21. n.60. São Paulo. May/Aug. 2007.

BENCINI, R.; MORAES, T.; MINAMI, T. **O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já**. Nova Escola. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, A. S. F.; AKKARI, A.; SILVA, R. V. S. **Educação Básica no Brasil: políticas Públicas e Qualidade**. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/711/678>. Acesso em: 14 set. 2022.

DOROTEU, L. R. **Políticas públicas pelo direito à educação no Brasil**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, v. 9, n. 104, set. 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/139213/artigos/24411>. Acesso em: 05 set. 2022.

FNDE – Fundo de Desenvolvimento da Educação. **Fundeb**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 23 set. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: [WWW.censo2010.ibge.gov.br/censo2010](http://www.censo2010.ibge.gov.br/censo2010). Acesso em 11 set. 2022.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL. **Plano de Desenvolvimento Educacional**. Disponível em: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MARINHO, I. C. Política Educacional. **InfoEscola: navegando e Aprendendo**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wpcontent/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Paro VH. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: Paro VH. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã; 2001. p. 121-39.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-aco-es-1921564125/pde->

plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao. Acesso em: 23 set. 2022.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/alimentacao-escolar/>. Acesso em 26 set. 2022.

REPULHO, C. **Políticas públicas de educação**. Disponível em: <http://undime.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Prof-Cleuza-7ago-S%C3%A3o-aulo-TCE-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 2.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES, 2012.

SAMPAIO, K. **Programa Caminho da Escola ganha novas regras**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-08/programa-caminho-da-escola-ganha-novas-regras>. Acesso em 03 set. 2022.

SILVA, E. P.; LEITE, C. R. S. **Tomada de consciência da crise de identidade profissional em professores do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/581/465>. Acesso em: 03 out. 2022.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. CADERNO CRH, Salvador, n.39, jul./dez.2003.

SOUSA NETO, M. **Políticas públicas em educação: reflexões histórico-sociais**. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.3/GT3_8_2002.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em educação**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES, 2009.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me acompanhar e iluminar durante um novo desafio, mim dando forças para nunca desistir dos meus objetivos.

À meu esposo Marcelo Lucena pelo dedicação, companherismo e compreensão nos momentos ausentes durante todo o período acadêmico.

Aos meus pais pela referências de vida que através de seus exemplos me ensinaram a lutar incessantemente pela realização dos meus sonhos e nunca desistir.

As minhas amigas Carolina Guedes, Jucileide Silva e Aline Dayanna, pela ajudar no desenvolvimento durante o desenvolvimento meu trabalho acadêmico.

À Escola Maria Salomé de Almeida e a comunidade escolar, por permitir ser campo de estudo para minha pesquisa.

À minha orientadora Prof. Me Mary Delane Gomes de Santana que estava sempre disponível para mim orientar.

A todos os meus colegas, pela convivência durante o curso, que mesmo sendo de forma virtual, criamos vínculos e momentos de aprendizagem.

A todos os professores e funcionários do curso, meu muito obrigada.

De modo geral, sou grata a todos os que de alguma forma contribuiu para o meu desenvolvimento durante o curso.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Questionário referente às políticas públicas educacionais aplicadas com os funcionários da E.M.E.F Maria Salomé de Almeida, localizada no município de Livramento - PB.

01. Há quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino de Livramento?

- () menos de 1 ano
- () entre 1 e 5 anos
- () entre 5 e 10 anos
- () entre 10 e 15 anos
- () entre 15 e 20 anos
- () mais de 20 anos

02. Qual a função que exerce na escola?

- () Professor fundamental I
- () Professor fundamental II
- () Gestor
- () Porteiro
- () Merendeira
- () Serviços gerais (limpeza)
- () Técnico administrativo
- () Cuidador
- () Coordenador
- () Outra _____

03. Você sabe quais são as políticas públicas educacionais aplicadas na sua escola atualmente?

- () Fundeb
- () Programa Caminho da Escola
- () EJA - Programa de Jovens e Adultos
- () Mais Educação
- () Mais cultura
- () PDDE - Programa dinheiro direto na escola
- () PDE Plano de Desenvolvimento Educacional
- () Bolsa Família / Bolsa Escola (Auxílio Brasil) - Programa de auxílio do governo

04. Existe outras políticas públicas não citadas na alternativa anterior.

05. Se você conhece, na sua opinião, qual a importância da aplicação de políticas públicas na educação?

- Promove um maior desenvolvimento educacional.
- Além de promover maior desenvolvimento educacional, facilita a socialização entre os alunos e entre alunos e professores.
- Incentivam os alunos a frequentarem a escola.
- Não acho importante.
- Outra _____
-

06. O que você acha das políticas públicas aplicadas na sua escola?

- São aplicadas de maneira satisfatória.
- É preciso haver um novo planejamento para a aplicação dessas políticas educacionais.
- Apresentam resultados positivos na aprendizagem dos alunos.
- Não apresenta resultados positivos.
- Não existe aplicação de políticas públicas educacionais na escola.
- Desconheço tais políticas públicas na escola.

07. Se na questão 06, você respondeu que não apresenta resultados positivos, o que fazer para melhorar a situação?

08. Se na questão 06 você respondeu que tem ou teve resultados positivos, quais os benefícios que ela (s) trouxe (ram) para a escola?

09. De quem é na sua opinião a responsabilidade pela implementação dos recursos das políticas públicas educacionais?

10. Se as políticas públicas não são implementadas na escola, na sua opinião o que a comunidade escolar pode fazer para melhorar essa situação?

11. Você acha que atualmente, os gestores municipais estão investindo mais em políticas públicas educacionais?

() sim () não () sim, mas precisa investir mais

- Se você respondeu **SIM**, justifique sua resposta.

- Se você respondeu **NÃO**, justifique sua resposta.

- Se você respondeu **SIM, MAS PRECISA MELHORAR**, explique por que precisa melhorar.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre Políticas Públicas na Educação, e está sendo desenvolvida por **Elenide de Sousa Martins**, aluna do curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, da Universidade Estadual da Paraíba.

O objetivo da pesquisa é investigar a efetivação e aplicabilidade das políticas públicas na Escola Maria Salomé de Almeida.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como também expor resultados sobre as políticas públicas educacionais.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a).

Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que receberá na Instituição (quando for o caso). A pesquisa não oferece nenhum tipo de risco para o participante, nem para as escolas.

Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em possíveis eventos educacionais ou publicá-los em revista ou anais de congresso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador(es) estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

ANEXO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezada senhora,

Diretora da Escola Maria Salomé de Almeida.

Ao cumprimentá-lo (a), solicitamos a colaboração desta Instituição para receber o(a) Aluno(a) **ELENIDE DE SOUSA MARTINS**, Matrícula 2101460010 do Curso de **Especialização em Gestão Pública Municipal**– da UEPB. O(A) mesmo(a) está realizando estudos em pesquisas em tema relacionado à Gestão Pública Municipal e nesta atividade acadêmica, irá desenvolver um trabalho de conclusão de curso elaborando um Artigo Científico sobre o tema em estudo.

Considerando esta perspectiva e a escolha do(a) aluno(a) supra mencionado(a) em estudar um tema na área de atuação desta Instituição, e considerando ainda a função social da Instituição e a colaboração que seus gestores possam dar para o desenvolvimento da pesquisa, solicitamos os préstimos de V. Senhoria em recebê-lo(a) e lhes apresentar os dados e informações solicitadas para subsidiar a pesquisa.

Cabe-nos informar que este é um trabalho de cunho estritamente acadêmico e que não está vinculado a nenhuma proposta política, comercial ou de outra natureza qualquer.

Faz-se oportuno ressaltar que: os dados obtidos serão utilizados apenas no âmbito da pesquisa acadêmica/universitária e os resultados dos dados coletados serão divulgados de forma agregada, a identificação dos participantes será mantida em sigilo, salvo nos casos de autorização a priori para divulgação.

Na certeza de contar com a colaboração de V. Senhoria, antecipadamente, agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Profa. Simone Silva

**COORDENADORA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL - UEPB**